

Associação Mario Penna

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Conteúdo

Sumário

1. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
2. Balanços Patrimoniais.....	4
3. Demonstrações de resultados.....	5
4. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
5. Demonstrações do fluxo de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2024

Aos
Administradores e Conselheiros da
ASSOCIAÇÃO MÁRIO PENNA

Belo Horizonte/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ASSOCIAÇÃO MÁRIO PENNA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO MÁRIO PENNA, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada 'Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras'. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante o exercício sob auditoria.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2025.

CASTRO, SERRA, NIRDO AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/MG 190

Ricardo do Amaral Fonseca
Contador CRC/MG 71.041

Juliano Ribeiro Zauli
Contador CRC/MG 77.421

Balancetes Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de Dezembro 2023

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO		2024	2023	PASSIVO		2024	2023
	<i>Nota</i>				<i>Nota</i>		
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.844	11.274	Empréstimos	11	17.352	16.506
Bancos e aplicações com restrição	16	34.504	18.286	Fornecedores	12	8.994	22.255
Contas a receber de Clientes	6	32.073	29.575	Obrigações trabalhistas e sociais	13	12.153	12.198
Estoques	7	12.482	8.419	Obrigações tributárias e outros	14	1.370	3.176
Adiantamentos	8	3.673	2.685	Adiantamento de clientes	15	1.984	1.924
Provisões ativas		-	266	Subvenções e Convênios Governamentais	16	42.328	17.753
Outros ativos circulantes		1.130	1.664	Arrendamentos		318	425
Total do ativo circulante		104.706	72.168	Outros circulantes		17	80
				Total do passivo circulante		84.515	74.318
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		386	2.147	Empréstimos	11	71.371	85.854
Fundação Mario Penna - Mútuo		-	2.913	Fornecedores	12	726	137
Imobilizado	9	101.399	93.666	Obrigações trabalhistas e sociais	13	-	939
Imobilizado com Restrição	9	18.686	16.960	Obrigações tributárias e outros	14	611	571
Intangível	9	453	314	Subvenções e Convênios Governamentais	16	11.024	17.624
Intangível com restrição	9	162	130	Provisão para perdas e contingencias	17	3.836	2.886
Investimentos	10	25.382	26.833	Arrendamentos		2.388	2.280
Outros		1.568	1.201	Total do passivo não circulante		89.956	110.291
Total do ativo não circulante		148.036	144.165				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimonio social	19	31.724	23.424
				Superavit/Deficit do exercício		46.547	8.300
				Total do patrimônio líquido		78.271	31.724
TOTAL DO ATIVO		252.742	216.333	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		252.742	216.333

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO MARIO PENNA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 31 de Dezembro 2023

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Prestação de serviços hospitalares		189.844	170.759
Subvenções, convênios e projetos		113.037	67.791
Doações		33.131	33.287
Outras Receitas		9.365	6.621
Imunidade e isenções tributárias		50.737	33.506
Total das receitas	20	396.115	311.964
Custo dos serviços prestados	21	(257.809)	(230.223)
Superávit Bruto		138.306	81.741
Provisões para perdas		(7.813)	(1.570)
Comunicação, marketing e Call center		(9.492)	(15.188)
Depreciações e amortizações		(8.249)	(7.692)
Imunidade e isenções tributárias	22	(50.737)	(33.506)
Outras despesas administrativas		(3.421)	(2.300)
		(79.712)	(60.256)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos.		58.594	21.485
Receitas financeiras		1.146	585
Despesas financeiras		(13.193)	(13.770)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	23	(12.046)	(13.185)
Resultado do período		46.547	8.300

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO MARIO PENNA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Balancetes Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de Dezembro 2023

Valores expressos em milhares de reais

Descrição	Patrimônio social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superavit / Deficit Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(33.245)	61.529	3.440	31.724
Ajustes de avaliação Patrimonial		(2.762)	2.762	-
Superavit / (-) Deficit do exercício			46.547	46.547
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(33.245)	58.766	52.750	78.271

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO MARIO PENNA

Demonstrações dos fluxos de caixa



Balancetes Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de Dezembro 2023

Valores expressos em reais mil

	2024	2023
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superavit / Deficit do período	46.547	6.628
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Juros incorridos s/empréstimos	11.916	12.041
Depreciação e amortização do imobilizado	8.249	7.692
Provisão para perdas	7.813	4.836
	<u>74.525</u>	<u>31.196</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Bancos e aplicações com restrições	(16.218)	22.573
Contas a receber de clientes	(2.498)	(1.198)
Estoques	(4.063)	4.524
Adiantamentos	(988)	(1.147)
Depósitos judiciais	1.761	(708)
Fundação Mario Penna - Mútuo	2.913	-
Outros	433	(209)
	<u>(18.660)</u>	<u>23.835</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(12.673)	(9.641)
Obrigações trabalhistas e sociais	(984)	(359)
Obrigações tributárias	(1.767)	1.979
Adiantamento de clientes	59	(953)
Subvenções e Convênios Governamentais	17.975	(23.590)
Arrendamentos	1	-
Provisão para perdas e contingências	(6.864)	(4.899)
Outros passivos	(63)	(825)
	<u>(4.314)</u>	<u>(38.288)</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	51.551	16.743
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizados	(17.878)	(10.552)
Investimentos	1.451	(4.151)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimento	(16.427)	(14.703)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Obtenção de empréstimos	700	78.519
Amortização de empréstimos	(26.253)	(76.508)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	(25.553)	2.011
Aumento no caixa e equivalentes	9.571	4.328
Disponibilidades no início do exercício	11.274	3.590
Disponibilidades no final do exercício	<u>20.844</u>	<u>7.919</u>
Aumento no caixa e equivalentes	9.571	4.328

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional

A Associação Mário Penna é uma entidade sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de Belo Horizonte/MG, fundada em junho de 1971, com declaração de utilidade pública municipal e federal e com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde - CEBAS, que a certifica como entidade beneficente de assistência social com a finalidade de prestação de serviços na área de saúde.

A associação tem por finalidade coordenar, orientar, incentivar, promover e desenvolver recursos assistenciais em pesquisa, prevenção e combate ao câncer, bem como em outras especialidades médicas, prestar serviços hospitalares e ambulatoriais com esse objetivo ou afins e, no mesmo sentido, colaborar com outras instituições congêneres e com o Poder Público.

A estrutura da associação é constituída pelas unidades abaixo apresentadas.

Hospital Luxemburgo - HL - Hospital com mais de 30 anos oferece atendimento a pacientes oriundos do Sistema Único de Saúde - SUS, pacientes particulares e conveniados as principais operadoras e seguradoras de saúde. A unidade é uma das três instituições de saúde de Minas Gerais com classificação emitida pelo Ministério da Saúde como Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - CACON.

Hospital Mário Penna - HMP - unidade que rendeu o nome a todo o instituto, hoje encontra-se em Funcionamento o **Núcleo de Excelência Em Saúde Mário Penna - NEXS** (descrito abaixo) e parte da mesma está alugada a Fundação Educacional Lucas Machado - FELUMA.

Casa de Apoio Beatriz Ferraz - CABF - Unidade que surgiu em 2006, da união dos lares Célia Janotti e Januário Carneiro, para acolher pacientes adultos carentes e diagnosticados com câncer, provenientes, principalmente, do interior do estado de Minas Gerais, e que estão submetidos a tratamentos em alguma das unidades da Associação Mário Penna. Lá são oferecidos atendimentos psicológicos, alimentação, lazer, atividades recreativas, biblioteca, sala de relaxamento, salas de televisão, e conta também com equipe assistencial 24 horas, transporte de ida e volta às unidades do instituto.

Núcleo de Especialidades Oncológicas - NEO - Unidade que se encontra dentro da estrutura do HL, que se destina exclusivamente ao atendimento oncológico aos pacientes oriundos do SUS, trata-se de uma estrutura criada em face ao fechamento do Hospital Mário Penna, os pacientes ali atendidos foram redirecionados ao HL, especificamente ao NEO.

Núcleo de Ensino, Pesquisa e Inovação Mario Penna - (antigo Instituto de Ensino e Pesquisa - IEP) - o qual implementa protocolos de pesquisa quando indicado proporcionando aos pacientes tratamentos inovadores e promove a capacitação e o treinamento dos colaboradores.

Núcleo de Excelência Em Saúde Mário Penna - NEXS - (antigo Mário Penna Câncer Center - MPCC) - Unidade mais nova da AMP que foi construída com a finalidade de proporcionar excelência no

atendimento de várias especialidades médicas com o foco em oncologia, além de proporcionar mais comodidade e agilidade nos diagnósticos e tratamentos daqueles que cuidamos com tanta dedicação há 51 anos. São 19 consultórios ambulatoriais oncológicos, 75 lugares de espera, 20 cadeiras para quimioterapia e oferta de vários exames de imagem.

Os recursos financeiros para promoção de seus objetivos estatutários vêm dos serviços prestados e convênios pactuados com o Sistema Único de Saúde - SUS, de convênios operacionais com operadoras de saúde e convênios públicos por conta de emendas parlamentares e programa de renúncia fiscal do governo federal, de atendimento a particulares, de doações e de rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras. Todos os recursos da associação são empregados exclusivamente no país.

2. Declaração de continuidade

A Associação Mário Penna enfrentou no seu passado recente uma crise financeira que alterou drasticamente sua estrutura, culminando com o fechamento da sua unidade Hospital Mário Penna, impactando, inclusive, a assistência. A credibilidade da associação foi seriamente prejudicada, levando a processo de intervenção do Ministério Público.

Neste contexto, em 2019 foi elaborado um Plano de Ação Emergencial pela diretoria eleita com o intuito de mitigar a crise enfrentada. Essa diretoria, composta pelo Diretor Presidente Marco Antônio Vieira Leite, ocupante do cargo desde o fim de 2019; e demais diretorias; sendo elas: Diretoria de Relações Institucionais e Administrativa ocupada por Israel Gonzaga; Diretoria Financeira, exercida pelo Gladstone Andrade Silva Junior; Diretoria de Gestão Corporativa sob o comando do Dr. Virgílio Baião Carneiro.

O Plano de Ação Emergencial foi executado, objetivando não só a reestruturação financeira, administrativa e estrutural da AMP, mas a aplicação das atividades institucionais. Em síntese, em aproximados 05 (cinco) anos de gestão, a equipe diretora formada conseguiu equalizar a situação financeira da instituição. Apurados mais de mil e quinhentos protestos por dívidas inadimplidas, a AMP atualmente quitou e baixou todos os protestos e restrições nos órgãos de proteção como (SPC e SERASA). Conjuntamente a esse avanço, a nova gestão conseguiu sanear as dívidas fiscais, trabalhistas, cíveis e até as pendências vinculadas ao recolhimento do FGTS. Esses fatores, além de garantirem a saúde administrativa, financeira e fiscal da AMP, permitiram que essa instituição evoluísse, permitindo que as suas atividades institucionais fossem realizadas sem intemperes.

Finalmente, cumpre ser exposto que toda o Plano de Ação Emergencial e Recuperação foi executado em conformidade com a realidade financeira da instituição, de modo a permitir que a AMP obtivesse e acumulasse, por cinco anos consecutivos, um superávit financeiro.

3. Base Preparação

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram elaboradas de acordo com a NBC TG 1000 (R1), emitida pelo CFC e estão sendo apresentadas em

conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de Lucros, aprovada pela resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade e a NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, no que aplicável.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são elaboradas em Real, que é a moeda funcional da associação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real estão arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas de CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados gerais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

- **Investimentos** - Nota Explicativa nº 10 (estimativa do valor justo).
- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - Nota Explicativa nº. 6 (principais premissas em relação aos valores e probabilidade de não recebimento do contas a receber).
- **Imobilizado (depreciação)** - Nota Explicativa nº.9 (mensuração da estimativa de vida útil).
- **Provisão e contingências** - Nota Explicativa nº.17 (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de caixa).

Mensuração do valor justo

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Seja a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Diretoria analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC's , incluindo a hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria da associação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A associação reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos, inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a associação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a associação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A associação reconhece passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados e sua baixa ocorre quando a associação tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A associação classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria "Outros passivos financeiros". Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, parcelamentos tributários, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

b. Propriedade para investimento

- c. A propriedade para investimento é mensurada pelo valor justo, conforme determinado pelo CPC, e quaisquer alterações no valor justo em períodos subsequentes também são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria associação inclui os custos de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que Benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o

reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Associação Mario Penna sobre condições de que a associação não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da associação, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidade Geradora de Caixa (UGC). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Receita

A receita operacional é reconhecida no momento do fechamento das contas dos convênios e da remessa do faturamento aos convênios, incluindo SUS. Nas atividades de Telemarketing (call center) são reconhecidas no fechamento mensal dos contratos de doação junto as fontes arrecadadoras.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros abrange basicamente rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias ativas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis a aquisição, a construção

ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado no período em que são incorridos.

i. Determinação do ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base na melhor estimativa da Administração, a associação concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

j. Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de Benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a associação tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Subvenções

As subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado somente quando atendidos os requisitos para esse reconhecimento.

l. Tributos

A associação é imune a tributos que são objetos de renúncia fiscal, concedida através do certificado de filantropia, os quais compreendem: IRPJ, CSLL, COFINS, ISSQN, IPTU, IPVA, IOF e INSS

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixas	199	239
Depósitos a vista	3.590	560
Aplicações financeiras (i)	17.056	10.475
Caixa e equivalentes de caixa	20.844	11.274

6. Contas a receber de clientes

	2024	2023
SUS - Prefeitura Municipal de Belo Hte	13.948	13.802
UNIMED - Coop. de trabalho médico	6.769	4.610
IPSEMG -Inst.de Prev. Servidores de MG	15.090	12.832
Aeronaltica Centro Inst. e Adap.	503	762
Prontomed Planos de Saúde Ltda	86	651
IPSM - Instituto Prev.Ser. Militar de MG	1.401	797
PROMED - Assistencia Médica Ltda	165	166
Cassi - Banco do Brasil S.A.	311	236
Bradesco Saúde S.A.	1.326	597
Companhia Vale do Rio Doce	256	327
Vitallis Saúde S.A.	348	302
Samedil Serv.Atendimento (Med Senior)	196	196
Fundação Saúde Itau	60	58
Amil Planos por administração Ltda	338	234
Casu - UFMG	265	78
Particulares	260	149
Outros Convênios	1.944	2.403
	<u>43.264</u>	<u>38.202</u>
Provisão p/ Crédito de Liq. Duvidosa	<u>(11.191)</u>	<u>(8.627)</u>
Total Geral	32.073	29.575

É prática da associação constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na ausência de expectativa de recebimento dos clientes que, geralmente, considera: a receber com 09 meses de atraso; e valores glosados pelo SUS e convênios que ainda não foram recebidos e estão sob discussão.

A exposição da associação a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, exceto construção em andamento, e divulgada na Nota Explicativa nº 18.

7. Estoques

	2024	2023
Drogas e Medicamentos	1.681	1.484
Material médico hospitalar	1.347	1.499
Medicamentos SES/MG	3.860	2.316
Quimioterapicos	4.604	2.342
Material de Consumo Gerais	482	251
OPME's	258	308
Insumos Laboratoriais	210	217
Outros	41	2
Total	12.482	8.419

A associação registra os estoques recebidos de doações dos quais já possua a titularidade e posse.

8. Adiantamentos

	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	2.223	2.040
Adiantamento de pessoal	122	202
Adiantamento para Importações	1.208	114
Outros	119	329
	3.673	2.685

São registrados os adiantamentos a fornecedores de materiais e adiantamentos de funcionários que no caso, trata-se de férias.

Os adiantamentos a fornecedores são efetuados quando verificado vantagens de negociação de compras em relação a preços e quando aquisição dos bens em caráter de urgência.

9. Imobilizado / Intangível

	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos Hospitalares	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Computadores e periféricos	Intangível	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>90.279</u>	<u>67.939</u>	<u>8.307</u>	<u>707</u>	<u>2.578</u>	<u>8.765</u>	<u>7.678</u>	<u>8.247</u>	<u>194.501</u>
Adições	7.350	6.280	205	601	2	1.208	318	1.915	17.878
Transferência	4.558					(11)	11	(4.558)	(0)
Baixas		(276)	(13)	(358)		(28)			(675)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>102.187</u>	<u>73.943</u>	<u>8.499</u>	<u>950</u>	<u>2.580</u>	<u>9.934</u>	<u>8.007</u>	<u>5.604</u>	<u>211.704</u>
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(14.519)</u>	<u>(45.313)</u>	<u>(5.880)</u>	<u>(597)</u>	<u>(2.114)</u>	<u>(5.217)</u>	<u>(7.233)</u>	<u>(2.558)</u>	<u>(83.431)</u>
Transferência					-				-
Adições	(1.841)	(4.363)	(486)	(89)	(105)	(976)	(159)	(172)	(8.191)
Baixas		247	7	358		6			618
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(16.360)</u>	<u>(49.429)</u>	<u>(6.359)</u>	<u>(328)</u>	<u>(2.219)</u>	<u>(6.187)</u>	<u>(7.392)</u>	<u>(2.730)</u>	<u>(91.004)</u>

10. Investimentos

Nesta rubrica estão classificadas as propriedades para investimento, que, trata-se de parte do imóvel, localizado na avenida Churchill, número 232, Bairro Santa Efigênia, imóvel este locado para a Fundação Lucas Machado - FELUMA conforme contrato firmado em 10 de agosto de 2020.

11. Empréstimos e financiamentos

Instituição	Encargos financeiros	Início	Vcto	Valor de face	2024	2023
Banco Bradesco S/A	1% a.m.	abr-18	abr-25	10.003	911	2.921
Banco Sicoob Credicom	0,73% a.m. + 100% CDI	abr-20	abr-24	4.240	-	377
Caixa Econômica Federal	0,68% a.m. + TR + Taxa	fev-22	fev-32	52.711	43.550	47.469
Caixa Econômica Federal	0,6383 % a.m. + TR + Taxa	ago-22	ago-27	18.500	11.098	14.594
Caixa Econômica Federal	0,6383 % a.m. + TR + Taxa	out-22	out-32	9.812	8.510	9.200
Caixa Econômica Federal	0,37% a.m. + 100% CDI	mar/23	abr/28	6.000	4.138	5.379
Banco Sicoob Credicom	1,20% a.m.	nov/23	nov/27	6.000	5.203	6.000
Banco Sicoob Credicom	1,20% a.m.	nov/23	nov/27	6.000	5.203	6.000
Banco Sicoob Credicom	1,36 % a.m	dez/23	dez/24	250	-	254
Caixa Econômica Federal	1,16 % a.m	dez/23	jan/29	10.104	9.410	9.329
Banco do Brasil	1,10 % a.m.	jul/24	ago/25	700	700	-
Conta Garantida	1,60 % a.m				-	838
					88.723	102.360
				Circulante	17.352	16.506
				Não circulante	71.371	85.854

Os empréstimos e financiamentos foram obtidos para capital de giro e são garantidos por parte dos valores a receber do faturamento do SUS. Para mais informações sobre a exposição da Associação Mario Penna a riscos de taxa de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 18.

12. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores de Materiais	5.338	11.096
Fornecedores de Serviços	<u>4.382</u>	<u>11.296</u>
	9.720	22.392

Curto Prazo	8.994	22.255
	726	
Longo Prazo		137

A exposição da associação aos riscos de moeda e de crédito, relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontra-se divulgada na Nota Explicativa nº 18

13. Obrigações trabalhistas e sociais

	2024	2023
Salários e Ordenados	2.101	3.939
FGTS a Pagar	627	1.138
Inss a Pagar	570	1.196
IRRF a Pagar	578	545
Provisões de Férias e Encargos	6.445	6.021
Outras obrigações trabalhistas	<u>1.832</u>	<u>297</u>
	12.153	13.136

Curto Prazo	12.153	12.198
Longo Prazo	-	939

São compostas por débitos relativos à remuneração dos colaboradores, paga no mês seguinte ao qual foi incorrida e, também, das provisões trabalhistas.

No caso de FGTS e INSS estamos com parcelamento em andamento.

14. Obrigações Tributárias e outros

	2024	2023
ISSQN - Retenções s/serviços	468	765
INSS Retido	91	207
Pis, cofins e CSL	167	175
IRRF s/serviços	44	38
Outros Parcelamentos	1.210	2.562
	<u>1.980</u>	<u>3.747</u>
Curto Prazo	1.370	3.176
Longo Prazo	611	571

Como a associação possui imunidade tributária, as obrigações são essencialmente derivadas de impostos e contribuições retidas.

Outros parcelamentos, trata-se de parcelamentos em andamento com a receita federal e diretamente efetuado com a PGFN.

15. Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes, no montante de R\$ 1.984 (R\$ 1.924 em 31 de dezembro de 2023), referem-se em grande parte a adiantamento da Fundação Educacional Lucas Machado - FELUMA, conforme contrato firmado referente a locação do imóvel situado a Avenida Churchill, número 232, bairro santa Efigênia.

16. Subvenções e Convênios governamentais

A associação, possui em 31 de dezembro de 2024, mais de quinze convênios em execução, os convênios têm suas execuções previstas de acordo com o plano de trabalho individual de cada termo de convênio, dessa forma possuem suas contraprestações reconhecidas no passivo com a obrigação até que tenham objeto do convênio realizado.

	2024	2023
PRONON - Convênio SES nº 1321001746/2021	2.537	2.349
PRONON - Biobanco	2.997	4.535
PRONON - Convênio SES nº 1321001746/2021	1.005	1.135
PRONON - Cuidados Paliativos	172	201
PRONON - Ressonancia Magnetica	1.134	1.297
PRONON - Sala Integrada	1.567	2.052
PRONON - Equipamentos PBH	1.672	2.312
PRONON - PET CT	1.490	1.985
PRONON - Laringe	572	1.752
PRONON - 2024	5.223	-
Convênio nº 765426/ 2011	-	164
Convênio com o Ministério Publico Federal	494	612
Emenda Parlamentar Portaria 1684/2022	23.959	1.564
Fundo Municipal do Idoso	2	572
FAPEMIG	6.441	1.723
Outros Convênios	4.088	13.127
	<u>53.352</u>	<u>35.377</u>
Curto Prazo	42.328	17.753
Longo Prazo	11.024	17.624
Total de Convênios	53.352	35.377
Recursos Vinculados		
Saldo Bancário / Aplicações de convênios	34.504	18.286
Imobilizado / Intangível - Restrito	18.848	17.091
Total de Recursos vinculados	53.352	35.377
Total de Recursos vinculados a Convênios	53.352	35.377
Total de Convênios	53.352	35.377
Saldo de Convênios vinculados / restritos	<u>-</u>	<u>-</u>

17. Provisão para perdas e contingências

A associação registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo a probabilidade de perda de cada ação judicial, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais responsabilidades futuramente exigíveis, conforme a seguir:

- (a) **Trabalhistas:** Os processos trabalhistas relacionam-se a ações movidas por ex-funcionários pleiteando, em sua maioria, o pagamento de hora extra e insalubridade. Em 31 de dezembro de 2024 temos R\$ 3.471 de causas prováveis e R\$ 1.646 de causas possíveis.
- (b) **Cíveis:** As provisões cíveis referem-se a processos de indenização, na grande maioria do Hospital Luxemburgo. Em 31 de dezembro de 2024 temos R\$ 365 de causas Prováveis e R\$ 6.968 Mil de causas possíveis.

A associação mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a associação figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possíveis não são reconhecidos contabilmente.

18. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A associação possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da associação para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e o gerenciamento do capital da associação.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em razão da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente, basicamente, das contas a receber de clientes e bancos.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Associação Mario Penna a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Clientes e outras contas a receber são referentes, ao Governo Federal através do SUS e também a diversos Planos e Seguradoras de saúde.

A associação estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de despesas incorridas com as contas a receber e outros recebíveis. O principal componente dessa provisão é o item de perda específico relacionado a exposições individuais.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras, era a seguinte:

A vencer	32.073
Vencidos superior a 365 dias	<u>11.191</u>
	<u><u>43.264</u></u>

Conforme Nota Explicativa número 6, para os valores acima, foi reconhecido o montante de R\$ 11.191 (R\$ 8.627 em 2023) a título de provisão para perdas por valor recuperável.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passíveis financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da associação.

A associação garante que possui caixa a vista suficiente para cumprir com as despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações - irão afetar os ganhos da Associação e o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Os riscos e as análises são conduzidos dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria Financeira.

19. Patrimônio Líquido

Patrimônio social / Ajuste de avaliação patrimonial

O patrimônio da associação é constituído pela dotação inicial já integralizada por seus instituidores e por bens e valores que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações de qualquer natureza, oriundas de instituições ou entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas naturais, com o fim específico de incorporação ao seu patrimônio. O Ajuste de avaliação patrimonial representa a contrapartida do aumento do imobilizado decorrente da adoção do custo atribuído levantado pela associação em 2010. Conforme prática contábil vigente, sua realização ocorre de forma proporcional a depreciação dos bens que geraram seu registro, sendo absorvido pelo superavit ou déficit do exercício.

Superavit (déficit) acumulado

Corresponde ao superavit ou déficit de exercícios anteriores, bem como do exercício corrente.

20. Receitas

Demonstramos abaixo a composição das receitas da associação. Salientamos que as subvenções são referentes a assistências governamentais na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedidas em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas as atividades operacionais da entidade, ligadas a área da saúde.

	2024	2023
SUS - Sistema Único de Saúde	74.075	73.014
Saúde suplementar	111.250	94.212
Particulares	4.519	3.533
Subtotal de serviços hospitalares (i)	189.844	170.759
Convênios e Emendas Governamentais	61.076	33.088
Valora Minas - Política de atenção	5.869	4.607
Incentivo de Adesão à Contratualização	2.715	2.766
Outros incentivos e subvenções	43.378	27.330
Subtotal de Subvenções Hospitalares	113.037	67.791
Subtotal de receitas operacionais (i+ii)	302.882	238.550
Doações	33.131	33.287
Outras receitas	9.365	6.621
Total de outras receitas (iii)	42.497	39.908
Imunidade e isenções tributárias (Nota 22)	50.737	33.506
Total das receitas (i+ii+iii)	396.115	311.964

21. Custos dos serviços prestados

	2024	2023
Custo com pessoal	89.929	81.462
Custo com materiais e medicamentos	106.084	89.617
Prestação de Serviços	61.796	59.144
Custos Total	257.809	230.223

Em relação ao aumento correspondente ao custo com pessoal, o dispêndio decorreu principalmente dos reajustes salariais estabelecidos por meio das normas coletivas que representam os colaboradores cujas atividades são exercidas em favor da AMP. Conjuntamente a esses fatos, também houve o aumento com os valores destinados a retribuir as atividades laborais exercidas pelos enfermeiros e técnicos de enfermagem contratados pela AMP, consoante definições consignadas por meio da Lei 14.343/2022, integrada pelo acórdão proferido pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, por ocasião do julgamento da ADI 7222.

22. Imunidade tributária

	2024	2023
INSS patronal	19.665	17.770
ISSQN - Imposto sobre serviços	5.695	5.123
COFINS	5.695	5.123
PIS	1.234	1.110
PIS s/folha de pgto	707	639
CSLL - Contribuição social	4.598	888
IRPJ - Imposto de Renda	12.747	2.467
IPTU - Imposto territorial urbano	395	386
Total	50.737	33.506

23. Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2024	2023
Receitas com aplicações financeiras	960	395
Descontos Obtidos	101	146
Outras receitas financeiras	85	44
Total de receitas financeiras	1.146	585
Juros s/financiamentos	11.916	11.799
Juros, multas e taxas sobre protestos	92	200
Juros e multas sobre parcelamentos diversos	273	737
Juros sobre conta garantida	118	303
Juros e multas sobre atrasos de pagamentos	172	359
Outras despesas financeiras	622	371
Total de despesas financeiras	13.193	13.770
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(12.046)	(13.185)

24. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$ 179 Milhões para cobertura contra risco dos edifícios da

associação e R\$ 12 Milhões para conteúdo de responsabilidade civil e R\$ 200 Mil para a frota de veículos da associação.

25. Eventos Subsequentes

Transformação do Hospital Luxemburgo em Unidade 100% SUS - Em outubro de 2024, a Associação Mário Penna anunciou a transformação do Hospital Luxemburgo em uma unidade 100% dedicada ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme divulgado na Portaria GM/MS Nº 5.495 no Diário Oficial da União. Esta mudança, apoiada pelo Ministério da Saúde, Secretaria de saúde do Estado e pela Secretaria de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte, prevê a expansão de leitos de 216 para 306, com possibilidade de chegar a 343, e a inclusão de novas especialidades médicas, como Cardiologia e Neurologia, entre outras. A transição visa fortalecer a missão do Instituto de oferecer cuidados de saúde de alta qualidade a pacientes em situação de vulnerabilidade, com a conclusão das adaptações e início dos atendimentos previstos para o decorrer do ano 2025.

Aquisição de Imóvel para Nova Unidade de Atendimento- Em janeiro de 2025, a Rede Mario Penna adquiriu um imóvel comercial na Av. Raja Gabaglia, 1306, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte, MG. Este imóvel será destinado à nova unidade de atendimento para a saúde suplementar e consultas particulares, substituindo os atendimentos anteriormente realizados no Hospital Luxemburgo, que passará a atender exclusivamente pelo SUS. A aquisição será contabilizada como ativo imobilizado nas demonstrações financeiras de 2025, e as reformas necessárias para adaptação do imóvel serão planejadas e executadas para garantir a continuidade dos atendimentos sem interrupções significativas.

Administração do Hospital Regional de Teófilo Otoni pelo Instituto Mário Penna - Em fevereiro de 2025, o Instituto Mário Penna formalizou a assinatura do contrato de uso do imóvel do Hospital Regional de Teófilo Otoni junto ao Governo de Minas Gerais, consolidando a administração da unidade. A concessão, obtida por meio de licitação em fevereiro de 2023, tem prazo de 25 anos, renovável por mais 10 anos, e está vinculada à prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares. Com a conclusão das obras e início dos atendimentos previstos para o segundo semestre de 2025, a unidade contará com 427 novos leitos, sendo 372 de internação, 55 de UTI adulto e de UTI neonatal, beneficiando mais de 280 mil habitantes da microrregião de Teófilo Otoni.

Marco Antonio Viana Leite

Presidente

Gladstone Andrade Silva Junior

Diretor Financeiro

Jussara Cruz Braga

Controller / CRC-MG - 069947/O-0